

Democracia e ditadura na América Latina: preferências normativas e radicalismo de organizações empresariais

Democracy and dictatorship in Latin America: normative preferences and radicalism of business associations

*Ciro Antônio da Silva Resende¹
Paula Vivacqua Boarin²*

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar quais organizações empresariais são consideradas importantes na análise de mudança de regime na América Latina e quais as preferências normativas e os níveis de radicalismo desses atores. Para tanto, desenvolve-se uma abordagem descritiva a partir do amplo volume de dados para atores políticos latino-americanos disponibilizado no trabalho de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013). A literatura que estuda grupos de interesse e o empresariado enquanto ator político é mobilizada, enfatizando-se a relação que se dá entre diferentes tipos de atores nas coalizões de apoio à democracia ou à ditadura, as quais têm papel central nas possíveis mudanças de regime. Observa-se que a centralidade do debate se renova com a tônica que tomam os desafios da manutenção democrática no século XXI, sendo imprescindível analisar as preferências pretéritas desses atores, ainda influentes, para lançar luz sobre o atual contexto.

Palavras-chave: Organizações empresariais; Mudança de regime; Preferências normativas; Radicalismo; América Latina.

¹ E-mail: ciro.sr@hotmail.com; Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduado em Gestão Pública pela mesma instituição.

² E-mail: paulaboarin@hotmail.com; Universidade Federal de Minas Gerais; Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Abstract: The aim of this article is to identify which business associations are considered important in the analysis of regime change in Latin America and what are the normative preferences and levels of radicalism of these actors. Therefore, a descriptive approach is developed from the broad volume of data for Latin American political actors available in the study of Mainwaring and Pérez-Liñán (2013). The literature that supports interest groups and business as a political actor is evaluated, emphasizing the relationship between different types of actors in coalitions supporting democracy or dictatorship, which play a central role in possible regime changes. It is observed that the centrality of the debate is renewed with the emphasis on challenges of democratic maintenance in the XXI century, being essential to analyze the past preferences of those actors, which still influential, to understand the current context.

Keywords: Business associations; Regime change; Normative preferences; Radicalism; Latin America.

1. Introdução

Durante o século XX, a democracia percorreu um acidentado percurso na América Latina. Ainda que entre 1978 e 1992, a região tenha passado por um amplo processo de democratização, o período posterior foi marcado por um cenário de instabilidade política, que se renova nos dias atuais. Nesse contexto, *surveys* de opinião pública, como o Latinobarómetro, registram elevada insatisfação com a democracia e baixo envolvimento dos cidadãos com o regime competitivo (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2005), levando a reflexões sobre sobrevivência e interrupção das democracias, bem como sobre os fatores adjacentes a tal processo. Entre esses, enfatiza-se uma abordagem analítica, proposta por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), que lança luz sobre aspectos políticos, com destaque para as preferências normativas e os níveis de radicalismo de atores importantes em cada país, entre os quais se situam as organizações empresariais.

Diante disso, este artigo consiste em uma tentativa de aplicação da análise de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) apresentada em *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall*, procurando explorar o amplo volume de dados para atores políticos latino-americanos

disponibilizado e tendo como foco um ator específico, as organizações empresariais. Embora se trate de ator altamente interessado nos resultados das políticas e empreendedor ativo de diversas interações junto ao setor público, seu estudo tem recebido atenção reduzida pela Ciência Política. Visando contribuir para o preenchimento de parte desta lacuna, desenvolve-se uma abordagem descritiva, perseguindo duas questões centrais: (1) quais organizações empresariais são identificadas como importantes na análise de mudança de regime?; e (2) quais as preferências normativas e os níveis de radicalismo de tais atores?

Essa discussão procura explorar o papel de atores, em especial de organizações empresariais, em processos políticos, com destaque para as transições políticas em países da América Latina. Dessa forma, a abordagem institucionalista que permeia a presente análise não coloca o ator político em sobreposição às instituições, mas os situa *pari passu*. Ademais, este trabalho aponta para uma importante agenda de pesquisa relacionada aos recentes escândalos de corrupção e instabilidade democrática, principalmente no Brasil, nos quais empresários estão diretamente envolvidos.

O artigo está dividido em quatro seções, além dessa introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresenta-se os principais elementos da abordagem teórica proposta por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), situada entre o enfoque estrutural e de agência. Na sequência, a atenção se dirige para os atores políticos frente às escalas de radicalismo e preferências normativas. Feito isso, passa-se a discussão concernente ao apoio ao regime democrático entre os latino-americanos, com ênfase em aspectos relacionados à mudança de regime na região. A seção seguinte expõe uma análise descritiva das posições das organizações empresariais elencadas na obra dos autores, traçando comparações com as posições dos demais atores políticos e procurando avançar no diálogo com a literatura que se debruça sobre a influência de grupos de interesse.

2. Entre estrutura e agência: preferências normativas e radicalismo

Em *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall*, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) contam com Linz (1978) e O'Donnell e Schmitter (1986) como seus aportes teóricos centrais. Em suas obras, esses autores focam na mudança e sobrevivência de regimes e nas coligações de apoio a determinado regime, sem, entretanto, especificar porque distintos atores compõem coligações favoráveis ou contrárias à democracia. Linz (1978) assinala que os resultados políticos estão constrangidos pelos elementos estruturais da sociedade, que, por sua vez, constituem oportunidades e restrições para os atores, sociais e políticos, e às instituições. Esses atores possuem preferências capazes de potencializar ou inibir a manutenção da estabilidade de um determinado regime político, sendo este o pressuposto analítico. Já O'Donnell e Schmitter (1986, p. 3-4) se concentram na incerteza da transição, entendendo que “[T]he actors’ perception of this very abnormality surrounding regime change is itself a factor affecting its eventual outcome”. Resguardadas as distinções entre as abordagens, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) salientam que tanto Linz (1978) como O'Donnell e Schmitter (1986) trabalham com blocos de atores de maneira semelhante à lógica de coligações de regime proposta por eles.

Para Mainwaring e Pérez-Liñán (2013, p. 17), atores políticos devem ser o centro das teorias que se debruçam sobre tal objeto: “[p]olitical actors, not structures or cultures, determine outcomes, even though structures and cultures affect the formation and preferences of actors”. Há, assim, uma ênfase no papel de fatores políticos capazes de contribuir para a sobrevivência ou a interrupção de regimes democráticos. Tais fatores políticos, especificamente, referem-se ao impacto de preferências normativas dos atores acerca da democracia ou da ditadura, da moderação ou radicalização das preferências políticas dos mesmos, além de influências políticas internacionais. Esta seção apresenta aspectos relacionados aos dois primeiros elementos, os quais são centrais para análise que se pretende desenvolver.

De acordo com Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), as preferências normativas dos atores são de cunho valorativo, sendo orientadas, especialmente, às políticas instrumentais. Isto ocorre quando há forte preferência de valor por uma forma particular de autoritarismo ou pela democracia. Por terem preferências de valor fortes, os atores apresentam indiferença quanto aos regimes situados no ponto médio da escala. O radicalismo, por seu turno, direciona-se a um equilíbrio histórico frágil: de um lado, a demanda conservadora por segurança e, por outro, transformações de políticas pleiteadas por atores progressistas. Mais especificamente, preferência normativa e radicalismo são definidos pelos autores, respectivamente, como:

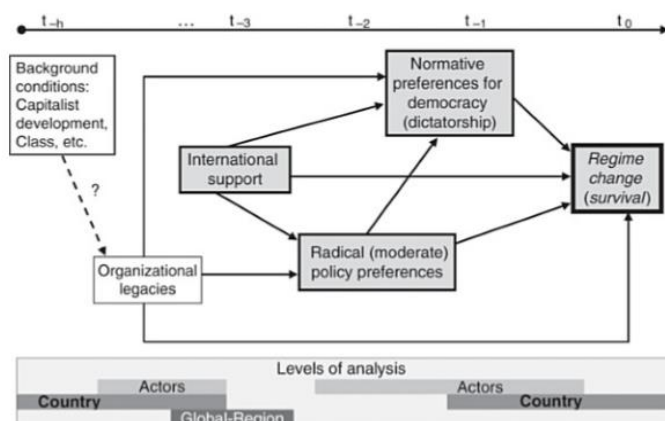
A normative preference for democracy or dictatorship refers to the willingness of political actors to incur policy costs in order to defend or achieve their preferred regime. It means that an actor prefers a kind of regime on intrinsic grounds, as the best possible political regime. When candidates acknowledge their defeat in an election (rather than questioning its results) and gracefully congratulate their opponents, they are behaving in ways that signal commitment to the principles of the democratic regime. When government leaders accept defeat on an important issue that requires a legislative supermajority, even if they could modify procedural rules to impose the preferred legislation by simple majority, they are signaling commitment to existing procedures. This commitment is credible to others because the behavior implies a cost to the actor involved. Observers infer that the player must have a latent normative preference (a favorable predisposition) toward the regime, and that this preference must be strong enough to overcome the short-term losses (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013, p. 26).

Radicalism translates into an urgency to achieve policy goals in the short to medium term where they do not represent the status quo or into an intransigent defense of these positions where they represent the status quo. In the extreme, it can lead to the use of violence as the ultimate recourse to impose or defend policy preferences (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013, p. 24).

O enquadramento teórico utilizado por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) pode ser sintetizado na figura 1, na qual cada caixa reflete diferentes categoriais analíticas. A teoria se situa entre abordagens estruturais

(*background conditions*, na figura 1) e abordagens de agência (que começam com as coalizões de regime). No nível macro, a teoria parte da suposição de que regimes políticos sobrevivem quando os atores mais poderosos de uma sociedade integram uma coalizão que aceita o regime existente. No nível micro, os atores são vistos a partir do apoio à coligação que mais satisfará suas exigências para dois tipos de resultados: resultados políticos e preferências normativas sobre o regime.

Figura 1 – Causas da sobrevivência e mudança de regime



Fonte: Mainwaring e Pérez-Liñán (2013, p. 55).

Atitudes normativas são influências importantes, de modo que, se os atores mais poderosos possuem uma preferência normativa para a democracia, é maior a possibilidade de que este regime sobreviva. São considerados os atores políticos mais importantes em cada país, o que inclui, entre outros, presidentes, organizações poderosas e movimentos influentes. Na teoria elaborada, é a ação intencional dos atores que determina, em grande monta, os resultados do regime: atores formam preferências sobre um regime político com base no que consideram como resultados desejáveis e agem baseados nessas preferências, o que não significa que sejam estritamente autointeressados. É relevante o fato de que atores possuem diferentes tipos de recursos políticos mobilizáveis na competição pelo poder. Nesse sentido, o efeito de variáveis estruturais, que é contingente e difuso, manifesta-se na organização dos atores políticos e na distribuição de seus recursos (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013).

3. Atores políticos frente às escalas de radicalismo e preferências normativas

Atores políticos não constituem, necessariamente, uma coalizão democrática ou autoritária, podendo mudar de coalizão a depender de como o regime satisfaz suas preferências políticas instrumentais e suas preferências normativas sobre o próprio regime. Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) salientam que preferências normativas geralmente são estáveis, mas elas podem mudar. Vale assinalar que há casos em que atores preferem a democracia mesmo acreditando que melhores resultados políticos poderiam ser adquiridos em um regime autoritário. Dessa forma, atitudes normativas não são redutíveis a interesses econômicos ou predisposições culturais.

O quadro 1 elenca os critérios utilizados pelos autores para classificar as preferências normativas dos atores latino-americanos considerados

importantes. Deve-se destacar que as preferências normativas e o radicalismo dos atores foram codificados com base em fontes secundárias³.

Quadro 1 – Escala de classificação das preferências normativas

Valor na escala	Critérios para classificação
- 1, quando os atores são explicitamente comprometidos com alguma forma de ditadura	Apresentação de pelo menos um dos seguintes critérios: (1) hostilidade aberta em relação à democracia; (2) elogio a governantes ou regimes autoritários como modelos a serem seguidos; (3) lealdade a um indivíduo que se apresenta como a única pessoa que merece governar o país; (4) fidelidade a um partido que se apresenta como a única organização com legitimidade para governar o país. No caso de funcionários públicos, também foram observadas as seguintes características: (5) defesa da concentração de poder além das regras constitucionais. No caso de presidentes, observou-se também: (6) a defesa a restrições permanentes a dimensões da democracia.
- 0,5, quando os atores possuem uma preferência normativa bastante forte, mas não inteiramente consistente em relação a alguma forma de regime autoritário	A classificação se deu aqui quando os líderes individuais tinham posições ambíguas ou flutuantes com relação aos seis pontos acima ou quando os atores coletivos mostraram divisões internas sobre estas mesmas questões.
0, quando os atores não possuem nenhuma preferência normativa clara e consistente	Atores receberam esta pontuação na escala quando apresentaram pelo menos uma das seguintes características: (1) ambivalência ou indiferença sobre a democracia; (2) hostilidade em relação às instituições democráticas; (3) questionamento à validade dos procedimentos democráticos quando eles produziram resultados desfavoráveis; (4)

³ Sobre o processo de codificação, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) apontam que as preferências de valores dos atores sobre os regimes políticos, sua moderação ou radicalismo foram selecionados a partir de fontes secundárias, notadamente a literatura especializada. Já a identificação dos atores relevantes foi realizada por uma equipe de pesquisadores, que, sob supervisão dos autores e guiada por um documento de codificação de vinte páginas, segmentaram a história de cada país conforme as administrações presidenciais. Para tanto, foram utilizadas diversas fontes para cada período, permitindo que o mapeamento dos atores se desse com base em regras objetivas.

	afirmação de ser o único representante do povo; (5) questionamento à legitimidade de qualquer oposição relativamente a um suposto movimento nacional; (6) consideração de opositores pacíficos como inimigos do povo ou do país. No caso de funcionários públicos, também foram observadas as seguintes características: (7) introdução de programas de doutrinação partidária no sistema de ensino; (8) manipulação de regras institucionais com frequência. No caso de atores não-governamentais, observaram-se também: (9) a vontade de subverter a Constituição; (10) aceitação do uso de fraude, exclusões políticas e violência para fins políticos.
0,5, quando os atores possuem uma preferência forte, mas não inteiramente consistente em relação à democracia	A classificação se deu aqui quando os atores apresentaram ambiguidade com relação a, pelo menos, algum dos dez indicadores acima.
1, quando os atores possuem uma preferência normativa forte e consistente em relação à democracia	Atores receberam esta pontuação na escala quando não manifestaram quaisquer orientações hostis, aceitando resultados como legítimos em função do processo democrático.

Fonte: Elaboração própria a partir de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

A radicalidade política dos atores, por seu turno, dificulta a sobrevivência de um regime competitivo, ao passo que a moderação facilita a sua sobrevivência. Preferências políticas radicais possuem duas características principais: (1) direcionam-se a um polo extremo do espectro político, de modo que a aprovação de tais preferências impõe importantes custos a outros atores; e (2) são muito intensas, levando os atores a agirem com intransigência e impaciência. São três os possíveis valores na escala de radicalismo: 0, 0,5 e 1. Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) ressaltam que, apesar da distinção analítica entre radicalismo e preferências normativas, estes são fatores empiricamente relacionados, de modo que atores radicais estão, tipicamente, correlacionados com baixo comprometimento acerca da democracia.

Discussão semelhante é encontrada em Sartori (1982, p. 150, grifos do autor), quando este destaca que “a fragmentação do sistema partidário pode refletir uma situação de *segmentação*, ou uma situação de *polarização*, isto é, de distância ideológica”. Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), entretanto, afirmam que a abordagem do radicalismo é distinta da de polarização encontrada em Sartori (1982), uma vez que esta leva em conta apenas os partidos políticos e

sua distância ideológica, além de desconsiderar a intransigência e a urgência dos atores, elementos-chave para a abordagem do radicalismo.

Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), por meio de diversas fontes históricas, identificaram 1.460 atores políticos, em 290 administrações presidenciais de vinte países latino-americanos. Entre estes atores, encontram-se partidos políticos⁴, presidentes e/ou organizações a eles subordinadas, organizações militares, organizações empresariais, organizações de guerrilha, organizações da sociedade civil, sindicatos, indivíduos poderosos, igrejas, movimentos sociais, grupos paramilitares, além de um menor número de outros tipos de agentes. Para os pesquisadores, na era da política de massa, esses líderes e essas organizações são os atores mais importantes e estão interessados em inúmeras questões políticas.

Ainda que em seu estudo Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) identifiquem esses atores políticos a partir de uma abordagem *within cases*, os autores destacam o privilégio dado à perspectiva das classes sociais na literatura especializada, a exemplo de Boix (2003). Essas obras situam a democracia como objeto de disputa da clivagem, na qual as classes mais baixas atuam de modo a favorecer a democracia quando esta se constitui em opção viável, enquanto as mais altas preferem regimes autoritários, desde que, além de viáveis, sejam estáveis. Quando o foco recai sobre os países da América Latina, porém, esta abordagem se faz problemática.

Moreover, contra the assumption of the class-based theories, for Latin America from the 1980s until 2003, many democracies distributed income from the poor to the wealthy, and none did the opposite (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013, p. 14).

⁴ Como Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) tomam o partido político com um ator, vale fazer referência ao trabalho de Panebianco (2005), no qual se encontra um debate acerca da organização e do poder nos partidos políticos. Para o autor, o partido deve agir como um ator. No entanto, chegar-se a este ator não é tarefa fácil, uma vez que um partido só pode ser entendido por meio de suas disputas internas. A abordagem por ele utilizada “consiste na identificação de alguns *dilemas* organizativos, exigências contraditórias que qualquer partido, como organização complexa, deve, de uma maneira ou de outra, equilibrar” (Panebianco, 2005, p. 11, grifo do autor).

Vale destacar que Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) afirmam que atitudes normativas não são redutíveis a interesses econômicos ou predisposições culturais, sendo importante indagar também se a posição desses atores é marcada por preferências radicais. Além disso, uma vez que diferentes atores usam distintos recursos na busca pelo poder político, entre os quais o dinheiro é um dos mais importantes⁵, conhecer mais intensamente as preferências normativas de organizações empresariais torna-se fundamental. Dessa forma, “[b]usiness, especially domestic business, is usually a key participant in policy making” (Schneider, 2005, p. 2) e tem um papel central no equilíbrio de poder entre atores, o qual, alterado, pode resultar na mudança de regime (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013).

[O] conjunto de decisões do setor público que são capazes de interferir sobre a atividade do setor privado é muito abrangente. A percepção de que tais decisões importam para o desempenho das empresas que comandam é o motivo que impulsiona os empresários a mobilizarem-se durante os processos decisórios, para promoverem seus interesses (Mancuso, 2007, p. 139).

A partir da identificação de um conjunto de atores políticos, os autores buscam explicações para a emergência, a sobrevivência e a interrupção de regimes políticos (variáveis dependentes do estudo) em vinte países latino-americanos para um longo período de tempo (1945-2005), o que correspondeu a um total de 1.220 anos-regime. De modo geral, os resultados apontam que, embora diferentes fatores possam explicar transições e quebras, preferências normativas sobre o regime político e fatores internacionais “são importantes para explicar ambos os tipos de mudança de regime na América Latina, entre 1945 e 2005” (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013, p. 123, tradução nossa). Esses

⁵ Além do dinheiro, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) citam como importantes recursos: apoio de indivíduos poderosos, poder coercitivo, votos e apoio na opinião pública. O impacto desses recursos depende das regras formais e informais que estruturam a competição pelo poder em cada contexto.

achados contrastam com o efeito fraco do desempenho econômico sobre as variáveis dependentes.

Antes de se iniciar a análise descritiva das preferências normativas e do radicalismo dos grupos empresariais, contudo, será apresentada uma breve análise sobre a questão democrática na América Latina.

4. Apoio à democracia, transições e rupturas democráticas na América Latina

Pensar a democracia na América Latina traz questões relativas à sua trajetória e às circunstâncias nas quais o regime tem se apoiado. Dados do Latinobarómetro, apresentados por Mainwaring e Pérez-Liñán (2005), registram uma grande insatisfação com relação à democracia, apontando para um menor envolvimento dos cidadãos no compromisso com este regime. Os autores ressaltam que o principal problema enfrentado, em muitos países, não se refere, simplesmente, à durabilidade do regime, mas a um conjunto de elementos envolvendo o mau desempenho econômico e social, as altas taxas de criminalidade e o descontentamento dos cidadãos.

A tabela 1 apresenta o percentual de respondentes que concordaram com a afirmação *a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo*, sendo essa uma das opções de resposta à questão do Latinobarómetro relacionada ao apoio à democracia⁶. Mainwaring e Pérez-Liñán (2005), com dados de 1996 a 2003, observam que, em quatorze países, entre dezessete analisados, ocorreu uma redução do percentual de cidadãos que acreditam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.

⁶ Outras duas afirmações são apresentadas nesta questão do *survey*: (1) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático; (2) Para mim, não importa se o regime é democrático ou não.

Segundo os autores, cidadãos latino-americanos, ao que parece, têm valorizado, desde o final da década de 1990, resultados concretos em detrimento da democracia. Analisando essa questão para um período mais recente, com a inclusão de dados para 2005, 2010 e 2015, é possível verificar que, entre 2005 e 2015, ocorreu, em seis países⁷, uma redução do percentual de cidadãos que consideram a democracia preferível a qualquer outra forma de governo. Por outro lado, este percentual se ampliou em doze países, indicando uma taxa de maior apoio à democracia entre os latino-americanos, em comparação com o cenário do início dos anos 2000. No entanto, ao se ampliar o horizonte de comparação, verifica-se que, entre 1996 e 2015, ocorreu uma redução do percentual em doze países, entre os dezessete analisados. Na comparação entre 1996 e 2015, o número de países de referência volta a ser dezessete, uma vez que não há dados para o ano de 1996 na República Dominicana. Ademais, considerando-se todos os respondentes do Latinobarómetro, observa-se, em 2015, a taxa de 57% de apoio à democracia, sendo a variação entre países extremamente elevada.

Tabela 1 – Apoio à democracia, entre 1996 e 2015 (%)

País	1996	2003	2005	2010	2015	Variação 1996- 2003	Variação 2005- 2015	Variação 1996- 2015
Uruguai	80	78	77	75	76	- 2	- 1	- 4
Costa Rica	80	77	73	72	57	- 3	- 16	- 23
Argentina	71	68	66	66	70	- 3	4	- 1
Venezuela	62	67	76	84	83	5	7	21
Honduras	42	55	33	53	40	13	7	- 2
México	53	53	59	49	48	0	- 11	- 5
Peru	63	52	40	61	56	- 11	16	- 7
Nicarágua	59	51	57	58	48	- 8	- 9	- 11
Panamá	75	51	52	61	44	- 24	- 8	- 31
Chile	54	50	59	63	65	- 4	6	11
Bolívia	64	50	49	68	64	- 14	15	0
Equador	52	46	43	64	71	- 6	28	19
Colômbia	60	46	46	60	55	- 14	9	- 5
El Salvador	56	45	59	59	41	- 11	- 18	- 15

⁷ Mainwaring e Pérez-Liñán (2005) trabalham com dados para dezessete países. Aqui, a referência são dezoito, uma vez que foram incluídos dados para a República Dominicana, os quais estão disponíveis a partir de 2004.

Paraguai	59	40	32	49	44	- 19	12	- 15
Brasil	50	35	37	54	54	- 15	17	4
Guatemala	51	33	32	46	33	- 18	1	- 18
República Dominicana	-	-	60	63	63	-	3	-

Fonte: Adaptada a partir de Mainwaring e Pérez-Liñán (2005, p. 50) e de dados do Latinobarómetro (2005, 2010 e 2015).

Os dados apontam uma insatisfação com relação à democracia e, em muitos países, um reduzido envolvimento no compromisso com o regime democrático (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2005), refletindo um cenário instável nas atuais democracias latino-americanas, o qual pode ser caracterizado, entre outros fatores, pela elevada instabilidade governamental, pela presença de *outsiders* e pela contestação à democracia representativa⁸. As quedas presidenciais, amplamente abordadas no trabalho de Hochstetler (2007), por exemplo, perpassam este debate. Segundo a autora, 40% dos presidentes eleitos na América do Sul, a partir de 1978, foram contestados por civis, sendo que, por meio de *impeachments* e renúncias, 23% caíram. A autora destaca, ainda, que apenas o *impeachment* quase que “de livro”⁹ do Brasil, em 1992, passou por todas as etapas legais.

Em diversos [outros] casos, os Congressos eventualmente optavam por processos de afastamento que não exigiam as supermaiorias do impeachment, afastando presidentes por abandono de cargo (1993 – Venezuela, 2000 – Equador), por incapacidade mental (1997 – Equador) e incapacidade moral (2000 – Peru) (Hochstetler, 2007, p. 23)¹⁰.

⁸ Em Mainwaring, Bejarano e Pizarro Leongómez (2006, p. 3-4), é possível encontrar ampla discussão acerca da crise da representação democrática nos Andes. Os autores assinalam que a ascensão de políticos *outsiders*, o declínio da confiança em partidos, a alta volatilidade eleitoral e outras manifestações da crise da representação democrática são produtos da má performance de regimes democráticos.

⁹ A expressão “*impeachment* quase que ‘de livro’” é utilizada pela autora para se referir ao processo que ocorreu no Brasil, em 1992, porque, segundo ela, todas as etapas legais foram cumpridas, “desde a investigação ao pedido formal de impeachment por uma das casas legislativas até o julgamento final por outra” (Hochstetler, 2007, p. 23). Para Hochstetler (2007, p. 22), predominaram, na América do Sul, “procedimentos de afastamento mais ou menos constitucionais”.

¹⁰ É importante também citar os trabalhos de Marsteintredt (2008), para uma discussão acerca das consequências sobre o regime das interrupções presidenciais na América Latina, e de Pérez-Liñán (2008), para uma discussão relativa às perspectivas teóricas sobre as crises presidenciais.

Nesse sentido, Mainwaring, Bejarano e Pizarro Leongómez (2006, p. 18) afirmam concordar, citando Newton e Norris (2000, p. 52), que “an erosion of confidence in the major institutions of [...] representative democracy is a far more serious threat to democracy than a loss of trust in other citizens or politicians”. Esta perspectiva acerca dos resultados da instabilidade traz a discussão concernente à mudança de regime. Sobre isso, Hagopian (2005, p. 321) destaca que a questão central é se a democracia pode ou não sobreviver sem o suporte popular, afirmando: “in an era of mass democracy, these perceptions – both of what citizens expect as well as what their political leaders deliver – often depend critically on the functioning of the institutions of political representation”. Por sua vez, Mainwaring e Pérez-Liñán (2005) analisam o impacto de outros fatores na capacidade de sobrevivência do regime democrático e procuram explicar a ampla democratização experimentada pela América Latina entre 1978 e 1992. Os autores ressaltam a ocorrência de uma mudança sem precedentes no período, de forma que esta “onda” democrática tem durado mais e sido mais ampla em escopo.

A expressão onda de democracia encontrada em Huntington (1991, p. 15, tradução nossa) se refere a um conjunto de transições de regimes não democráticos para regimes democráticos ocorridos em um período específico de tempo e que “excedem significativamente o número de transições na direção contrária”. Huntington (1991) identifica três ondas globais de democratização, quais sejam, 1828-1926, 1943-1962 e 1974-1991. Por sua vez, Mainwaring e Pérez-Liñán (2005) procuram apresentar uma definição mais operacional de onda, já que a primeira assinalada por Huntington teve pouca influência na América Latina. Dessa forma, consideram uma onda de democratização como

a continuous time spell during which there is a sustained decline in the number of authoritarian regimes. A wave is considered to be terminated if the number of authoritarian regimes increases during any one year or remains constant for more than three years in a row. It is possible to evaluate the impact of a wave in terms of its magnitude [...] and its duration (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2005, p. 18-19).

Valendo-se dessa definição, os autores afirmam que, entre 1946 e 2003, duas ondas de democratização tiveram lugar na América Latina: 1956-1962 e 1978-1992. A expressão de Huntington “terceira onda” é utilizada para o período posterior a 1978, cuja magnitude foi maior que a do período anterior. Olhando para esta “terceira onda”, Mainwaring e Pérez-Liñán (2005) procuram responder duas questões: (1) o que explica a explosão de democratização na América Latina entre 1978 e 1992?; e (2) o que explica a estagnação da democratização desde 1992? Dessa forma, elencam os seguintes aspectos caracterizadores de um regime democrático: (1) o governo foi eleito em eleições livres e justas; (2) existiam proteções para liberdades civis; (3) o eleitorado incluía a maioria da população adulta; e (4) não havia presença de militares ou outros atores não eleitos no domínio dos poderes eleitos. Quando um ou mais atributos são apenas parcialmente observados, o regime é classificado como semidemocrático. Por outro lado, quando algum desses atributos está ausente, o regime é codificado como autoritário.

Com dados de 19 países de 1946 a 1999, Mainwaring e Pérez-Liñán (2005) realizam análises a partir de um modelo cuja variável dependente é a mudança de regime¹¹. Os resultados apontam que as transições não foram muito determinadas por fatores estruturais e de performance de regime. Assim, o limitado desempenho desses modelos indicariam que “scholars seeking to understand transitions to democracy [...] were right to emphasize the role of contingency and agency rather than structural factors” (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2005, p. 30).

Diante desses resultados, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) oferecem uma nova abordagem teórica, situada entre explicações estruturais e culturais

¹¹ Os dados utilizados correspondem a 1.026 observações de anos-regime. As variáveis independentes utilizadas foram: nível de desenvolvimento, estrutura de classes, performance do regime econômico, política externa dos Estados Unidos, fragmentação do sistema partidário e polarização do sistema partidário.

de longo prazo e explicações de curto prazo que olham para decisões de líderes específicos. Tal abordagem foi discutida nas seções anteriores.

5. Preferências normativas e radicalismo de organizações empresariais

O estudo das organizações empresariais está presente, em grande monta, na literatura sobre grupos de interesse. Aragão (1994), por exemplo, ao propor uma tipologia para os grupos atuantes no cenário político brasileiro, distingue-os em grupos empresariais, grupos de trabalhadores, grupos de profissionais, grupos de natureza diversa e poderes públicos e suas dependências, afirmando que a categoria grupos empresariais está relacionada com atividades ligadas à indústria, comércio, serviços e agricultura. Mancuso (2007), por sua vez, assevera que, para um maior conhecimento acerca da atuação política do empresariado, algumas questões são centrais: (1) quais são os atores focalizados?; (2) quais são os alvos desses atores?; (3) que decisões despertam o interesse desses atores?; (4) em que momentos ocorre a atuação política?; (5) qual é a forma da atuação política?; (6) quais são os fins da atuação política?; e (7) quais são os resultados da atuação política? Estas indagações, certamente, são fundamentais para uma aproximação do papel exercido por essas organizações enquanto ator político.

Diante disso, destaca-se que a análise descritiva das preferências normativas e do radicalismo dos grupos empresariais será empreendida a partir dos dados coletados pela equipe coordenada por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), nos quais há informações de 1944 a 2010 para dezoito países e informações do início do século XX até 2010 para Argentina e El Salvador¹². Entre 1.460 atores políticos, foram identificados 89 atores ligados a negócios

¹² Argentina e El Salvador são objetos de estudos de caso qualitativos no livro de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013). Os dados aqui utilizados estão disponíveis em: <<http://kellogg.nd.edu/democracies-materials.shtml>>.

(6,1%), denominados, no livro e aqui, organizações empresariais¹³. Procurando destacar as preferências normativas de organizações empresariais com relação à democracia e à ditadura, a tabela 2 é apresentada.

Tabela 2 – Preferências normativas de organizações empresariais acerca da democracia e da ditadura

País	Ator	Períodos	Dem.	Dit.
Argentina	Sociedade rural argentina	1916-1922; 1922-1928; 1928-1930	0	0
	Organização de negócios	1958-1962; 1970-1971; 1971-1973; 1973-1974; 1974-1976	0	0
		1963-1966	0	0,5
		1966-1970; 1976-1981	0	1
		1982-1983	1	0
	Setores rurais	2007-2010	1	0
Bolívia	CEPB	1982-1985	1	0
República Dominicana	Organização de negócios	1970-1978	1	0
Equador	Câmara de Comércio de Guayaquil	1963-1966	0	0
Guatemala	Interesses de negócios estadunidenses	1944-1951; 1951-1954	0	0
	AGA	1951-1954	0	0
	CACIF	1958-1963; 1963-1966; 1966-1970; 1970-1974; 1974-1978; 1978-1982; 1982-1983; 1983-1986; 1986-1991; 1991-1993; 1993-1996; 1996-2000; 2000-2004; 2004-2008; 2008-2010	0	0
Honduras	United Fruit	1933-1949; 1949-1954	0	0
	United Fruit / Elite fundiária	1957-1963	0	0
	Grupos de negócios e trabalho	1963-1971; 1971-1972; 1972-1975	1	0
	Elite fundiária	1972-1975; 1978-1982	0	0
	Elite fundiária (FENAGH)	1975- 1978	0	0
México	Organizações de negócios	1976-1982; 1982-1988	0	0
	Homens de negócios	1988-1994	0,5	0
Nicarágua	Organização de negócios	1979-1984; 1985-1990	0	0
Panamá	CONEP	1964-1968; 1969-1981	0	0
El Salvador	Grandes negócios / PND	1927-1931	0	0

¹³ No livro, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) afirmam ter identificado 82 organizações empresariais. Porém, no banco de dados utilizado pelos pesquisadores não há a indicação de quais atores estão incluídos nessa categoria. Em consulta aos relatórios nos quais constam as justificativas para a classificação de cada ator (também disponíveis em: <<http://kellogg.nd.edu/democracies-materials.shtml>>), foram localizados 89 atores ligados a negócios. Como pode ser observado na tabela 2, a denominação de alguns atores é abrangente, a citar “Grupos de negócios e trabalho” e “Grandes negócios / PND”. Mesmo englobando outras questões (trabalho e partido político), estas observações foram consideradas para a presente análise, uma vez que perpassam negócios.

	Oligarquia cafeeira / Grandes negócios	1931-1931; 1950-1956; 1956-1960; 1960-1961; 1962-1967	0	0
	Elite cafeeira	1931-1934; 1934-1935; 1935-1944	0	0
	Elite cafeeira / Grandes negócios	1944-1944; 1944-1945; 1945-1948; 1948-1950	0	0
	Oligarquia cafeeira / ANEP	1967-1972	0	0
	Grandes interesses menos extremistas	1972-1977	0	0
	FARO / Proprietários extremistas	1972-1977	0	0,5
		1977-1979	0	1
		1979-1980	0	0
	FARO / Negócios extremistas	1980-1982	0	1
	FARO / Grandes negócios extremistas	1982-1984	0	1
	ANEP / Elite cafeeira	1977-1979	0	0
	ANEP	1979-1980; 1980-1982; 1982-1984	0	0
	FUSADES / Elite econômica moderada	1984-1989	0	0
		1989-1994; 1994-1999	0,5	0
	Elite cafeeira / ANEP	1984-1989; 1989-1994; 1994-1999	0	0
	Grandes negócios	1999-2004; 2004-2009; 2009-2010	0	0
Uruguai	Liga Federal de Ação Ruralista	1952-1955; 1955-1959	1	0
Venezuela	FEDECAMARAS	1989-1994; 1994-1999; 1999-2002	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

* Dem.: Democracia; Dit.: Ditadura; CEPB: Confederación de Empresarios Privados de Bolivia; AGA: Asociación General de Agricultores; CACIF: Comité Coordinador de Asociaciones Agrícolas, Comerciales, Industriales y Financieras; FENAGH: Federación Nacional de Agricultores y Ganaderos de Honduras; CONEP: Consejo Nacional de la Empresa Privada; PND: Partido Nacional Democrático; ANEP: Asociación Nacional de la Empresa Privada; FARO: Frente de Agricultores de la Región Oriental; FUSADES: Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social; FEDECAMARAS: Federación Venezolana de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción.

A partir dos dados apresentados acima, é possível perceber que o registro de 89 observações de organizações empresariais se refere, na verdade, a 34 diferentes atores¹⁴, uma vez que um mesmo ator pode ser considerado como relevante em mais de uma administração presidencial. Vale assinalar que os maiores números de observações de atores empresariais foram verificados nas décadas de 1970 (19) e 1980 (20). Ademais, dos vinte países com dados disponíveis, organizações empresariais fizeram-se presentes no rol de atores de

¹⁴ O registro dos atores foi preservado conforme os dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013). Os atores só foram agregados na tabela 2 quando possuíam a mesma grafia.

doze deles. El Salvador é o país que registra o maior número de observações (33).

Interessante notar que nenhuma organização empresarial brasileira foi elencada, o que é passível de questionamentos. Nessa direção, Diniz e Boschi (2004) apontam que o regime militar, no Brasil, caracterizou-se por um projeto de aprofundamento do capitalismo brasileiro, tendo nas elites, notadamente o empresariado industrial, seu impulsionador e sustentáculo. Dessa forma, o período teria seu fim, em dada medida, a partir da crescente insatisfação das elites com a economia e a consequente retirada de seu apoio ao regime. “Esta retirada foi fator relevante no processo de erosão do regime autoritário, embora não se tenha constituído no fator determinante da liberalização e subsequente abertura política” (Diniz e Boschi, 2004, p. 49).

Ademais, existem, no Brasil, atores de negócios cuja atuação política não pode ser desconsiderada, destacando-se a Confederação Nacional da Indústria (CNI), cuja criação data dos anos 1930. Como destaca Mancuso (2007, p. 137), esta organização “exerceu um papel central de liderança política na organização e mobilização do empresariado. Além de intensa, a mobilização empresarial obteve um índice elevado de sucesso político”. Na mesma direção, Santos (2014) mostra que existe uma influência do *lobby* da CNI nos resultados do Poder Legislativo, sendo esta mais efetiva no âmbito das comissões e quando há uma sinergia entre Poder Executivo e setor produtivo.

Schneider (2005), por sua vez, ao analisar um conjunto de investimentos políticos que as empresas assumem, destaca a força de associações agrícolas em países com a agricultura menos diversificada, como é o caso da *Federación Nacional de Cafeteros de Colombia* (Federacafe), a qual, assim como a CNI, não aparece entre os atores elencados por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013). Também, aqui, merece ser citado o trabalho de Fisse (2005), no qual é discutido o papel de associações de empresários durante toda a vida republicana do Chile, registrando-se a existência de associações com longo tempo de atuação:

la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA), fundada en 1838, la Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA) que comienza a desempeñarse como grupo de interés en 1883, la Sociedad Nacional de Minería que nace también en 1883 (Fisse, 2005, p. 38)¹⁵.

Destacado este ponto, vale observar possíveis alterações nas preferências normativas, uma vez que, segundo Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), é impossível compreender quedas e sobrevivências de regime na América Latina sem considerá-las. Isso porque os países da região experimentaram, desde 1945, situações traumáticas, as quais poderiam fornecer combustível para alterações nas preferências dos atores. Nota-se que, dos 34 atores distintos elencados, apenas três apresentaram mudanças em suas preferências normativas enquanto permaneceram no rol de atores considerados importantes por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013). São eles: Organização de negócios, da Argentina; *Frente de Agricultores de la Región Oriental* (FARO) / Proprietários extremistas, de El Salvador; e *Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social* (FUSADES) / Elite econômica moderada, também de El Salvador. Este pequeno número de atores reforça a considerável estabilidade das preferências normativas, como enfatizado na nova abordagem teórica acerca da mudança de regime.

Vale observar, a título de exemplo, a mudança nas preferências normativas das organizações empresariais argentinas. Na administração presidencial de 1976 a 1981, este ator foi classificado com preferência 1 para a ditadura, enquanto, entre 1982 e 1983, foi classificado com preferência 1 para a democracia. No primeiro caso, a classificação se deveu ao apoio normativo demonstrado ao governo militar, elogiado como solução para os problemas do país. Nesse sentido, é registrada uma manifestação da *Unión Industrial Argentina* (UIA), de março de 1979, afirmando que o processo tinha “hechos positivos de fondo que han asegurado la continuidad de nuestro país como

¹⁵ Outros estudos acerca da atuação de grupos de interesse em países latino-americanos podem ser encontrados em Ríos (2010) e Lisboa (2015).

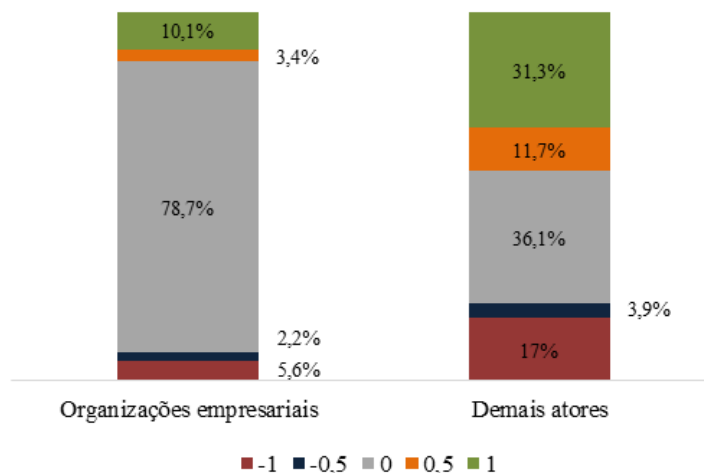
sociedad organizada” (Rapaport, 2000, p. 763). Por outro lado, a classificação concernente ao período de 1982 e 1983 se deveu ao fato de as organizações empresariais passaram a se opor ao governo militar e a apoiar o retorno ao regime democrático.

[E]n lo referido a la relación de los empresarios con regímenes autoritarios, su experiencia durante la dictadura militar que gobernó de 1976 a 1983 había modificado la percepción de importantes grupos capitalistas con respecto a los costos y beneficios que estos regímenes ofrecen a sus intereses (Acuña, 1995, p. 268-269).

Ao analisarem a evolução das preferências normativas por regimes, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) constataam um crescimento nos valores médios da preferência normativa acerca da democracia, tanto entre atores ligados ao governo quanto entre opositores. Os atores também foram identificados de acordo com seu alinhamento político face ao presidente em exercício, codificando-se se eram (1) autoridades públicas ou seus aliados (pró-governo), (2) membros da oposição ou (3) neutros ou divididos. Esta diferenciação, entretanto, não é considerada na análise empreendida neste trabalho. Os autores destacam, ainda, que, a partir de 1978, mais atores passaram a estar comprometidos com a democracia. Diante desse dado, torna-se fundamental observar a evolução das preferências normativas das organizações empresariais, além de compará-las com as preferências normativas dos demais atores.

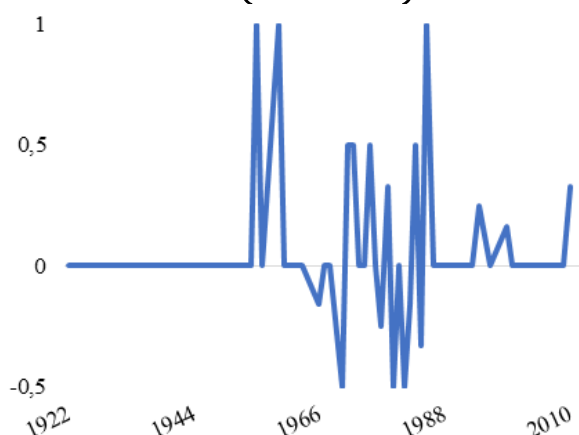
A categoria demais atores exclui as 89 observações de organizações empresariais, referindo-se a 1.371 atores. É importante assinalar que, para análise temporal, é considerado o último ano da administração presidencial à qual a preferência normativa ou o radicalismo fazem referência. Quando há mais de uma observação para este ano, utiliza-se a média das preferências normativas ou dos níveis de radicalismo. Os gráficos 1 e 2 apresentam os resultados.

Gráfico 1 – Preferências normativas de organizações empresariais e demais atores



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

Gráfico 2 – Evolução das preferências normativas de organizações empresariais (1922-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

Aqui, são consideradas todas as classificações de atores, as quais vão desde o início do século XX até 2010¹⁶. No gráfico 1, são apresentados os percentuais de atores classificados em cada uma das preferências normativas acerca dos regimes. Chama a atenção que 78,7% das organizações empresariais

¹⁶ Nos gráficos 1 e 3, a primeira observação é de 1916, ao passo que, nos gráficos 2 e 4, é de 1922, ano no qual Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) registraram, pela primeira vez, uma organização empresarial no conjunto de atores considerados importantes.

apresentaram preferência normativa 0, valor assinalado quando os atores não possuíam nenhuma preferência normativa clara e consistente¹⁷. Este percentual entre os demais atores é de 36,1%. Sobre esse ponto, vale observar a avaliação seguinte, que se debruça sobre o caso brasileiro:

Historicamente, a classe empresarial, como demonstramos em diferentes análises, notabilizou-se pela ausência de posições ideológicas claramente definidas, revelando um comportamento marcadamente pragmático no que se refere a questões de natureza político-institucional. Dessa forma, em diferentes momentos, os empresários apoiaram regimes autoritários, como nos anos 30 e durante a vigência do regime militar de 64. Neste último caso, a classe empresarial teve inclusive um papel ativo no golpe que instaurou a ditadura no país. Mas, logo adiante, após a crise dos anos 70, os empresários tiveram uma participação expressiva no desencadeamento do processo de abertura, rompendo o pacto autoritário por intermédio de uma maciça campanha pela desestatização da economia. Razões econômicas e, sobretudo, de natureza política, ligadas a perda de influência do empresariado sobre o processo decisório, informariam essa postura de retirada de apoio ao regime (Diniz e Boschi, 2004, p. 56).

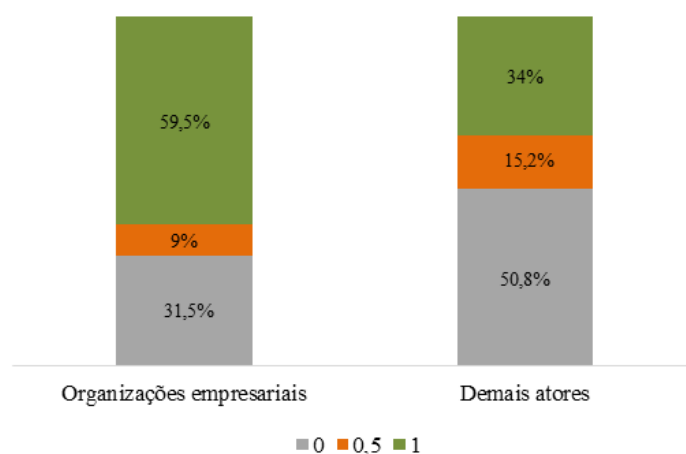
Preferências normativas fortes e consistentes em relação à democracia (valor 1), por outro lado, são mais frequentes entre os demais atores (31,3%) do que entre as organizações empresariais (10,1%). O comprometimento explícito com alguma forma de ditadura (valor – 1) também é mais frequente entre os demais atores: 17% contra 5,6%. O gráfico 2, no qual os valores positivos indicam apoio à democracia e os valores negativos indicam apoio à ditadura, não mostra, diferentemente do que Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) observam para todos os atores, um crescimento no apoio à democracia entre as

¹⁷ Este argumento não se restringe às organizações empresariais, podendo se estender àquelas ligadas aos trabalhadores. Ao passo que Lipset (1963), aponta que estes tendem ao autoritarismo, Levi (2003) assevera que importantes movimentos direcionados à democracia contaram, de forma central, com a atuação política sindical. Entretanto, se a atuação é sustentada unicamente por uma base material – aumentos salariais, por exemplo –, a perspectiva é de que seja orientada para ganhos individuais e de curto prazo. Assim, a autora defende que o arranjo interno das organizações sindicais impacta a incidência de preferências normativas pela democracia por parte de seus membros, não sendo, portanto, este um elemento intrínseco ao segmento.

organizações empresariais. O que se verifica é uma redução da média das preferências normativas entre elas, que passam de 0,07 no período anterior a 1978 para 0,03 no período posterior.

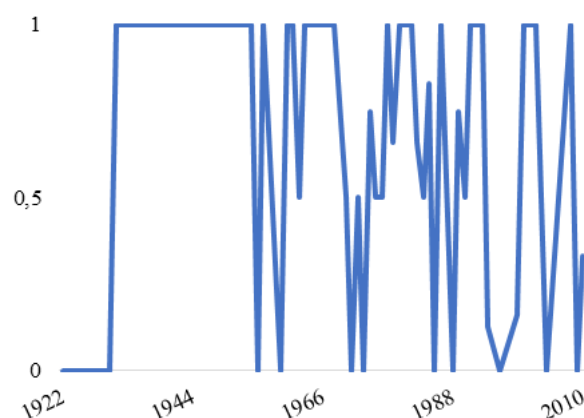
Acerca do radicalismo, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) observam que seus níveis se mantiveram elevados, tanto entre as forças do governo quanto da oposição, até os anos 1980, a partir de quando diminuíram consideravelmente: “[o]n average, three-fifths of the governments and half of the opposition actors had radical policy preferences in 1969, but only a fifth of them were radical by 2005” (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013, p. 83).

Gráfico 3 – Níveis de radicalismo de organizações empresariais e demais atores



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

Gráfico 4 – Evolução dos níveis de radicalismo de organizações empresariais (1922-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013).

Entre as organizações empresariais, até 1969, quatro quintos possuíam preferências políticas radicais (valor 1), ao passo que, após este ano, metade dos atores registraram preferências radicais. Essa modificação nos níveis de radicalismo entre as organizações empresariais, mesmo que menos intensa do que a observada para o conjunto de atores políticos, pode ser visualizada no gráfico 4: nos primeiros anos analisados, preferências políticas radicais eram predominantes. O gráfico 3, por sua vez, mostra o percentual de observações de organizações empresariais e dos demais atores com relação aos seus níveis de radicalismo. É possível observar que 59,5% dos atores ligados a negócios apresentaram alto nível de radicalismo em suas preferências, sendo este percentual igual a 34% entre os demais atores. Isso está em estreita consonância com o afirmado por Schneider (2005, p. 2): “business people are likely to be among those with the most intense preferences regarding policy outcomes [...]”, sendo este, potencialmente, o segmento que possui mais recursos para investir na tradução de suas preferências em resultados políticos.

Vale lembrar que preferências políticas radicais direcionam-se a um polo extremo do espectro político e são muito intensas, dificultando, na hipótese de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), a sobrevivência de um regime competitivo. Nesse sentido, também Dahl (1997) destacou o problema da alta intensidade de preferências para a democracia, apresentando um axioma segundo o qual “quanto mais os custos da supressão excederem os custos da tolerância, tanto maior a possibilidade de um regime competitivo” (Dahl, 1997, p. 37).

Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) ressaltam, ainda, que atores radicais estão, tipicamente, correlacionados com o baixo comprometimento acerca da democracia. Nesse sentido, nenhuma das 53 organizações empresariais que apresentaram altos níveis de radicalismo foram caracterizadas com algum comprometimento com relação a regimes competitivos: 7,5% demonstraram explícito comprometimento com a ditadura; 3,8% apontaram para uma

preferência normativa bastante forte, mas não inteiramente consistente em relação ao regime autoritário; e 88,7% não apresentaram nenhuma preferência normativa clara e consistente. Por outro lado, observando as 28 organizações empresariais com preferências políticas moderadas (valor 0), são encontrados os seguintes percentuais: 3,6% comprometidas de modo explícito com a ditadura; 53,6% sem preferências normativas claras; 10,7% com uma preferência forte, mas não inteiramente consistente em relação à democracia; e 32,1% com uma preferência normativa forte e consistente em relação à democracia.

Por fim, é importante assinalar que, para Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), três são as causas de mudança de regime: (1) novos atores surgem e se juntam à coalizão de oposição; (2) a distribuição relativa de recursos políticos entre os atores existentes altera-se em favor da oposição; ou (3) atores políticos suficientes mudam de lado, inclinando o equilíbrio de forças contra o regime vigente. Esses pontos lançam luz sobre a composição das coalizões que apoiam determinado regime político, nas quais estão inseridos diversos atores, como líderes políticos, partidos políticos e organizações empresariais. Os caminhos que perpassam a interação entre estas diferentes classes de atores é um aspecto que merece ser melhor investigado. Por exemplo, a relação entre partidos políticos e grupos de interesse – perspectiva na qual as organizações empresariais podem ser tomadas – é pouco abordada na Ciência Política brasileira¹⁸, como destaca Mancuso (2004). No entanto, a questão precisa ser considerada¹⁹, uma que vez, conforme Thomas (2001, p. 1), “[s]everal scholars

¹⁸ Apesar da abordagem distinta, vale citar o trabalho de Rodrigues (2002), no qual se empreende um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, considerando ideologia e composição social.

¹⁹ Dados de um *survey* aplicado aos representantes de grupos de interesse e assessores parlamentares do governo cadastrados na Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados do Brasil são elucidativos nesse sentido. Do total de 179 representantes cadastrados, 65 responderam ao questionário *online* (36,3%), sendo a coleta de dados realizada entre 2012 e 2013. Quando indagados se é importante atuar junto a bancadas suprapartidárias e frentes parlamentares, 73,8% afirmam que sim, 12,3% que não, enquanto 13,9% não souberam ou não responderam (UFMG, IPEA).

have identified the dynamics of the political party–interest group relationship as central in shaping the structure and nature of democratic government”.

6. Considerações finais

Este trabalho apresentou uma aplicação da análise de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) em *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall*. Partindo do acidentado percurso na América Latina durante o século XX, buscou-se discutir questões adjacentes à instabilidade política presente em muitos países da região. Tal cenário evidencia o debate acerca da mudança de regime, cujos fatores explicativos são objeto central de dois trabalhos de Mainwaring e Pérez-Liñán (2005, 2013). Estes observam que as explicações para a persistência das democracias latino-americanas estão fortemente relacionadas à política, enfatizando o papel dos atores políticos.

No universo de líderes e organizações elencados, o objetivo deste estudo foi analisar descritivamente as posições das organizações empresariais. Entre 1.460 atores políticos identificados por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), 6,1% eram ligados a negócios e estavam presentes em doze dos vinte países estudados. Chamou atenção a ausência de algumas organizações, como a CNI para o caso brasileiro. Em parte, isso se deve aos problemas metodológicos inerentes a coletas de dados em pesquisas de N grande, tendo em vista que, ao perseguir generalizações, os estudos políticos diminuem sua capacidade de explicação acerca de condições específicas. Deve-se registrar, nesse sentido, a importância que possuem os estudos de caso e o método comparativo histórico.

Ainda assim, os dados mostraram que, durante o período considerado, grande parte das organizações empresariais não apresentaram nenhuma preferência normativa clara e consistente, sendo que a média das preferências acerca da democracia reduziu-se no período posterior à terceira onda de democratização. Ademais, preferências políticas marcadas por alto nível de radicalismo foram predominantes entre os atores ligados a negócios, apontando

para a alta intensidade das mesmas. Frente à atual instabilidade política que se alastra pela América Latina, destacando-se o caso brasileiro, essas evidências se mostram particularmente interessantes, além de preocupantes.

O presente trabalho procurou, ainda, lançar mão da literatura que estuda grupos de interesse e o empresariado enquanto ator político. A partir deste esforço, vieram à baila importantes objetos, destacando-se a relação entre diferentes tipos de atores nas coalizões de apoio à democracia ou à ditadura, as quais têm papel central, como apontam Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), nas possíveis mudanças de regime. Destaca-se, nessa perspectiva, as relações entre grupos de interesse, como as organizações empresariais, e os partidos políticos. Tais relações não receberam grande atenção em estudos brasileiros, sendo fundamental colocá-las no centro do debate. Aponta-se, portanto, para uma profícua agenda de pesquisa, na qual devem estar inseridos mais estudos concernentes ao tema, sobretudo aqueles que se utilizem de estudos de caso.

Referências

- ACUÑA, Carlos (1995). "Intereses empresarios, dictadura y democracia en la Argentina actual", em ACUÑA, C. (org.). *La nueva matriz política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- ARAGÃO, Murillo (1994). *Grupos de Pressão no Congresso Nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no Poder Legislativo*. São Paulo: Maltese.
- BOIX, Carles (2003). *Democracy and Redistribution*. Cambridge: Cambridge University press.
- DAHL, Robert (1997). *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (2004). *Empresários, Interesses e Mercado. Dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: UFMG/ IUPERJ.
- FISSE, Hernán (2005). *Grupos de interes y lobby em Chile*. Tesis de Magíster. Santiago: Universidad de Chile.

HAGOPIAN, Frances (2005). "Conclusions: government performance, political representation and public perceptions of contemporary democracy in Latin America", em MAINWARING, S.; HAGOPIAN, F. (orgs.). *The Third Wave of Democratization in Latin America*. : Cambridge: Cambridge U. Press.

HOCHSTETLER, Kathryn (2007). "Repensando o presidencialismo: desafios e quedas de presidentes na América do Sul". *Lua Nova*, v. 49, p. 9-46.

HUNTINGTON, Samuel (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. London: University of Oklahoma Press.

LATINOBARÓMETRO (2005). *Apoyo a la democracia 2005* [online]. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latonline.jsp>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

LATINOBARÓMETRO (2010). *Apoyo a la democracia 2010* [online]. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latonline.jsp>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

LATINOBARÓMETRO (2015). *Apoyo a la democracia 2015* [online]. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latonline.jsp>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

LEVI, Margaret (2003). "Organizing Power: The Prospects for an American Labor Movement." *Perspectives on Politics*, v. 1 n.1, p. 45-68.

LINZ, Juan (1978). *The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown and Reequilibration*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

LIPSET, Seymour Martin (1963). *Political Man: The Social Bases of Politics*. Garden City, NY: Anchor Books, Doubleday.

LISBOA, Marcelino (2015). *A política externa da Bolívia: temas e grupos de interesse (2006-2014)*. Tese (doutorado) em Ciência Política. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAINWARING, Scott; BEJARANO, Ana; PIZARRO LEONGÓMEZ, Eduardo (2006). "The crisis of democratic representation in the Andes: an overview", em MAINWARING, S.; BEJARANO, A.; PIZARRO LEONGÓMEZ, E. (eds.) *The Crisis of Democratic Representation in the Andes*. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Anibal (2005). "Latin American Democratization since 1978: democratic transitions, breakdowns and erosions", em MAINWARING, S.; HAGOPIAN, F. (eds.). *The Third Wave of Democratization in Latin America*. Cambridge: Cambridge U. Press.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Anibal (2013). *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall*. New York: Cambridge University Press.

MANCUSO, Wagner (2007). "O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa". *Revista Sociologia e Política*, n. 28, p. 131-146.

MANCUSO, Wagner (2004). "Partidos políticos e grupos de interesse: definições, atuação e vínculos". *Leviathan*, n. 1, p. 395-407.

MARSTEINTREDET, Leiv (2008). "Las consecuencias sobre el régimen de las interrupciones presidenciales en América Latina". *América Latina Hoy*, v. 49, p. 31-50.

NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pippa (2000). "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance?", em PHARR, S.; PUTNAM, R. (eds.). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries*. Princeton: Princeton University Press.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe (1986). *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

PANEBIANCO, Angelo (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PÉREZ-LIÑÁN, Anibal (2008). "Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales". *América Latina Hoy*, n. 49, p. 105-126.

RAPOPORT, Mario (2000). *Historia económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi.

RÍOS, Enrique (2010). "Comunicación: lobby y asuntos públicos". *Cuaderno – Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, n. 33, p. 101-110.

RODRIGUES, Leôncio (2002). *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.

SANTOS, Manoel (2014). "Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o Lobby e o Sucesso da Agenda Legislativa da Indústria". *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, v. 3, n. 1, p. 52-70.

SARTORI, Giovanni (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. UnB.

Democracia e ditadura na América Latina: preferências normativas e radicalismo de organizações empresariais | Ciro Antônio da Silva Resende e Paula Vivacqua Boarin | 42-73

SCHNEIDER, Ben (2005). "Business Politics and Policy Making in Contemporary Latin America". *Workshop on State Reform, Public Policies, and Policymaking Processes at the Inter-American Development Bank* [online]. Disponível em: <<http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubS-304.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

THOMAS, Clive (2004). *Research Guide to U.S. and International Interest Groups*. Westport, CT: Praeger Publishers.

Recebido em: 30/09/2017
Aprovado em: 22/01/2018